

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DO PESSOAL
DIREÇÃO DE JUSTIÇA E DISCIPLINA

PARA:

GabCEME
VCEME
EME
CFT
CmdPess
CID
CmdLog

LISBOA
LISBOA
LISBOA
OEIRAS
PORTO
ÉVORA
LISBOA

V/ Ref.

N/ Ref.

Nota N.º 162

Proc. 2.2.80.(STG)

Data:15Jan2013

ASSUNTO: PROCESSOS DE AVERIGUAÇÕES POR ACIDENTE/DOENÇA

1. Dada a grande quantidade de processos por acidente/doença devolvidos por esta Direcção às U/E/O, por falhas na elaboração dos mesmos, contribuindo para a demora processual e aumento dos gastos, torna-se imperioso salientar os aspetos fundamentais e erros mais frequentes.
2. Deste modo, no decorrer do processo, é necessário:
 - a. Comprovar que a atividade que deu origem à lesão estava superiormente autorizada/planeada (mapa horário, horário de trabalho ou autorização superior);
 - b. Verificar que o GDH do acidente é coincidente em todas as peças processuais;
 - c. Juntar ao processo o exame direto que corresponda à primeira avaliação médica efetuada ao sinistrado;
 - d. No caso de acidente originado por salto em paraquedas deve ser anexado Relatório de Diretor de Lançamento, Manifesto de Embarque (Pessoal) e Relatório do Chefe da Zona de Desembarque Aéreo;

- e. No caso de acidente *in itinere* deve ser anexado ao processo o mapa do itinerário, com a indicação do percurso habitual para o “local de trabalho-residência permanente”, e também Auto da PSP ou GNR, se tiver havido intervenção dos mesmos;
- f. Relativamente a acidentes ocorridos com viaturas militares deve juntar-se aos autos o Boletim de Serviço da viatura;
- g. Quando exista incapacidade permanente do sinistrado, o processo terá que ser enviado à DS para ser sujeito a parecer da CPIP, conforme dita a Determinação n.º 5;
- h. Nas situações de agravamento da lesão anteriormente sofrida, mas por novo acidente, deve ser aberto novo processo;
- i. Deve ser junto aos autos Relatório Médico de Sanidade Final que refira inequivocamente se o militar está ou não curado, sem deformidade e aleijão;
- j. Se, por outro lado, encontrando-se a situação clínica definida, o sinistrado não está curado e possui alguma incapacidade resultante do acidente, passível de desvalorização, antes da sua presença à JHI, o processo terá que ser previamente qualificado, sendo necessário enviá-lo a esta Direção para qualificação do TGen AGE;
- k. Nestas situações, após a qualificação do acidente, e a atribuição de uma incapacidade pela JHI, deve o processo ser alvo de parecer da CPIP, que afira do nexo de causalidade entre a lesão/incapacidade e o acidente;
- l. Relativamente aos processos por acidente e/ou doença dos funcionários civis do Exército, há que ter em conta as diligências formais legalmente estabelecidas pelo Dec-Lei n.º 503/99, de 20Nov, nomeadamente:

(1) Junção dos “Anexo I (Participação e Qualificação do Acidente em Serviço) ” e “Anexo II (Boletim de Acompanhamento Médico) ”, devidamente preenchidos e nos termos do previsto no art. 51.º, n.º 1 do Dec-Lei n.º 503/99, 20Nov;

(2) Diferentemente, é a exigência da “Declaração de Formalidades”, da Secretaria Geral do Ministério das Finanças. Conforme a Circular n.º 04/2011 da Direção de Finanças, relativa a “*Acidentes em Serviço de Pessoal Civil – Instrução dos Processos de Despesa*”, tratando-se de um documento necessário aquando da elaboração do Processo de Ressarcimento e Pagamento de Despesas, sendo um documento autorizador de despesas por parte do dirigente máximo ou por quem tenha competência delegada para o efeito (no caso, o TGen AGE).

3. Solicita-se às entidades destinatárias que comuniquem o teor da presente nota às U/E/O que estão na sua dependência.

O DIRETOR DE JUSTIÇA E DISCIPLINA

Documento Autêntico
Original assinado e arquivado na DJD

ANTÓNIO FRANCISCO ALVES ROSA
MAJOR-GENERAL